

**2ª**  
**EDIÇÃO**  
REVISTA E  
ATUALIZADA

**FABIANA  
RODRIGUES  
BARLETTA**

**REVISÃO**  
**CONTRATUAL** NO  
CÓDIGO CIVIL E NO  
CÓDIGO DE DEFESA  
DO CONSUMIDOR

2020 © Editora Foco  
**Autora:** Fabiana Rodrigues Barletta  
**Diretor Acadêmico:** Leonardo Pereira  
**Editor:** Roberta Densa  
**Assistente Editorial:** Paula Morishita  
**Revisora Sênior:** Georgia Renata Dias  
**Revisora Técnica:** Sarah Lucia Cristina Silva  
**Capa Criação:** Leonardo Hermano  
**Diagramação:** Ladislau Lima  
**Impressão miolo e capa:** GRÁFICA META BRASIL

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

B257r

Barletta, Fabiana Rodrigues

Revisão Contratual no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor / Fabiana Rodrigues Barletta.

– 2. ed. – Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2020.

224 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-85-8242-413-1

1. Direito. 2. Código Civil. 3. Código de Defesa do Consumidor. I. Título.

2019-1601

CDD 340 CDU 34

---

**Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito 340 2. Direito 34

**DIREITOS AUTORAIS:** É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

**NOTAS DA EDITORA:**

**Atualizações e erratas:** A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

**Erratas:** A Editora se compromete a disponibilizar no site [www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br), na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br). O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (10.2019) – Data de Fechamento (09.2019)

**2020**

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda.

Al. Júpiter 542 – American Park Distrito Industrial

CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br)

[www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br)

# SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS .....	1
CAPÍTULO 2 – INFLUÊNCIA DA CODIFICAÇÃO FRANCESA DE 1804 E DA ALEMÃ DE 1896 NA CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE 1916 .....	15
2.1. A codificação francesa de 1804 e seus reflexos .....	15
2.2. Liberdade e igualdade jurídica dos contratantes como pilares da teoria contratual positivada pelo Código de Napoleão .....	18
2.3. Evolução da teoria do negócio jurídico e de fatores a ela conexos .....	22
2.3.1. Breve introdução .....	22
2.3.2. A Jurisprudência dos conceitos e sua correlação com a pandectística do século XIX e com o nascimento do positivismo científico .....	23
2.3.3. A teoria do negócio jurídico disposta no <i>BGB</i> baseada no <i>dogma da vontade</i> .....	25
2.3.4. A teoria do negócio jurídico analisada sob a ótica da teoria da vontade, da teoria da declaração e da teoria da confiança .....	27
2.4 Aspectos da codificação brasileira de 1916 .....	32
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E METODOLÓGICOS IMBRICADOS COM O ADVENTO DO INTERVENCIÓNISMO ESTATAL – LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO – NA ÓRBITA PRIVADA E COM A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTADO SOCIAL DE DIREITO .....	39
3.1. Do Estado Liberal ao Estado Social .....	39
3.2. Evolução do intervencionismo estatal e da consequente descodificação do Direito Civil no Brasil .....	41
3.3. Manifestações pioneiras que deram ensejo ao acolhimento ou ao não acolhimento doutrinário e jurisprudencial da resolução ou da revisão contratual no direito pátrio .....	45
3.4. A adequação da jurisprudência casuística à linha metodológica denominada <i>Jurisprudência dos valores</i> .....	58
3.5. O Código de Defesa do Consumidor como fruto do intervencionismo estatal no âmbito contratual privado e do movimento de descodificação do Código Civil brasileiro .....	59
3.5.1. A nova feição do contrato traçada pela contemporaneidade a partir da obra <i>O Contrato</i> , de Enzo Roppo .....	64

## CAPÍTULO 4 – A CONSOLIDAÇÃO DA TEORIA DA EXCESSIVA ONEROSIDADE SUPERVENIENTE À CONTRATAÇÃO EM FACE DO ADVENTO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) E DA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

RA .....	69
4.1. O conceito jurídico de consumidor.....	69
4.2. Os princípios normatizados pelo Código de Defesa do Consumidor .....	74
4.3. Análise do artigo 6º, inciso V, do Código de Defesa do Consumidor .....	93
4.3.1. A modificação contratual em razão de lesão e a revisão contratual em razão de excessiva onerosidade posterior à contratação: pontos de aproximação e de distinção destas duas situações referidas no artigo 6º, inciso V, do CDC .....	95
4.3.2. Breve histórico do instituto da lesão .....	96
4.4. A excessiva onerosidade no momento da contratação fora do Código de Defesa do Consumidor .....	98
4.4.1. A lesão no Código Civil de 2002 .....	98
4.4.2. A desproporção patrimonial .....	99
4.4.3. A “premente necessidade” ou “inexperiência” da parte prejudicada.....	100
4.4.4. Conceito objetivo e subjetivo de lesão e a lesão objetiva do CDC.....	102
4.5. Requisitos para revisão contratual por excessiva onerosidade superveniente à contratação no Código de Defesa do Consumidor .....	105
4.5.1. Análise jurisprudencial da revisão contratual por excessiva onerosidade nos contratos de financiamento ou de arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ), com prestações variáveis de acordo com o valor do Dólar norte-americano, em face da sua supervalorização diante do Real ocorrida em janeiro de 1999 .....	114
4.5.2. Premissas para a interpretação civil-constitucional do artigo 6º, inciso V, 2ª parte, do Código de Defesa do Consumidor.....	126

## CAPÍTULO 5 – ESTUDO COMPARATIVO DA REVISÃO CONTRATUAL POR EXCESSIVA ONEROSIDADE NOS CÓDIGOS CIVIS BRASILEIRO, PORTUGUÊS E ITALIANO E NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR BRASILEIRO .....

5.1. Considerações Iniciais.....	139
5.2. Categorias jurídicas associadas à previsão normativa da revisão contratual por excessiva onerosidade.....	144
5.3. Forma de disciplina das categorias jurídicas associadas à previsão normativa da revisão contratual por excessiva onerosidade .....	145
5.4. Efeitos acarretados pelas distintas categorias .....	146

5.5.	O grau de subjetivismo ou de voluntarismo das categorias analisadas....	149
5.6.	O nível da conservação do contrato nas categorias traçadas .....	154
5.7.	Principais conclusões da análise comparatista.....	157
5.7.1.	Tanto a CRb/1988 quanto a CRp/1976 e a CRi/1947 .....	158
5.7.2.	O CDCb/1990 e o CCp/1966 .....	158
5.7.3.	O CCB/2002, em seu art. 317.....	158
5.7.4.	O CCB/2002 e o CCI/1942 .....	158
5.7.5.	O CDCb/1990 e o CCp/1966 .....	159
5.7.6.	Tanto o CCB/2002 quanto o CCp/1966 e o CCI/1942 .....	159
5.7.7.	O CCB/2002 e o CCI/1942 .....	159

**CAPÍTULO 6 – ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DOS PRECEDENTES DA REVISÃO DOS CONTRATOS POR EXCESSIVA ONEROSIDADE NA FORMAÇÃO DO CONTRATO (LESÃO) OU POR EXCESSIVA ONEROSIDADE SUPERVENIENTE À CONTRATAÇÃO NAS DECISÕES DO STJ.....**

6.1.	Decisões referentes à lesão no Código Civil .....	161
6.1.1.	Recurso Especial nº 1.155.200 – DF.....	161
6.1.2.	Recurso Especial nº 1.117.137 – RS.....	164
6.1.3.	Recurso Especial nº 1.183.315 – ES.....	166
6.1.4.	Recurso Especial nº 434.687 – RJ .....	168
6.1.5.	Recurso Especial nº 1.384.480 – PR .....	169
6.1.6.	Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 843.265 – RS .....	170
6.2.	Decisões referentes à lesão no Código de Defesa do Consumidor .....	171
6.2.1.	Recurso Especial nº 1.580.278 – SP .....	171
6.2.2.	Recurso Especial nº 1.362.084 – RJ .....	173
6.2.3.	Recurso Especial nº 1.321.655 – MG .....	174
6.3.	Decisões referentes à onerosidade excessiva superveniente à contratação no Código Civil .....	176
6.3.1.	Recurso Especial nº 803.481 – GO.....	176
6.3.2.	Recurso Especial nº 831.808 – SP .....	180
6.3.3.	Recurso Especial nº 1.632.842 – RS .....	181
6.3.4.	Recurso Especial nº 977.007 – GO .....	182
6.3.5.	Recurso Especial nº 1.321.614 – SP .....	185

6.4.	Decisões referentes ao desequilíbrio contratual superveniente à contratação no Código de Defesa do Consumidor .....	187
6.4.1.	Recurso Especial nº 268.661 – SP .....	187
6.4.2.	Recurso Especial nº 472.594 – SP .....	188
6.4.3.	Recurso Especial nº 1.087.783 – RJ .....	190
6.4.4.	Recurso Especial nº 1.061.530 – RS .....	192

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	195
----------------------------------	-----